

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1004266-76.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Obrigações**
 Requerente: **GABRIELA DE CASSIA BARBERATO**
 Requerido: **VIA VAREJO S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS**

GABRIELA DE CASSIA BARBERATO ajuizou Ação de **OBRIGAÇÃO DE FAZER c.c INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **VIA VAREJO S/A (CASAS BAHIA)**, todos devidamente qualificados.

Aduz a autora que comprou da requerida um conjunto estofado no valor de R\$ 1.448,00 e na ocasião contratou um seguro/garantia estendida. Assegura que uma das cláusulas inclui a substituição do produto por outro similar quando ocorrerem defeitos na espuma, estrutura e costuras do revestimento. Houve necessidade de substituição em vista alguns defeitos notados no móvel, porém a requerida não efetuou a troca. Requereu a inversão do ônus da prova e a procedência total da ação condenando a requerida a efetuar a troca do estofado, bem como à indenização a título de danos morais. A inicial veio instruída por documentos às fls. 11/22.

A audiência de tentativa de conciliação (fls. 23) restou infrutífera conforme termo de fls. 85/86.

A requerida apresentou contestação alegando preliminarmente sua há ilegitimidade de parte, já que a responsabilidade no caso é do fabricante e não do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

comerciante; o móvel adquirido pela autora foi entregue em perfeito estado de conservação; não restou comprovado nos autos da demanda que a autora tenha sofrido qualquer tipo de lesão moral, portanto não há que se falar em indenização a título de tal direito; ausentes os pressupostos que ensejam o direito à inversão do ônus da prova. No mais rebateu a inicial e requereu a improcedência da demanda.

As partes foram instadas a produção de provas à fls. 91. À fls. 94 a autora manifestou interesse em julgamento antecipado da lide e a requerida não se manifestou (fls. 96).

É o relatório.

DECIDO, antecipadamente, por entender completa a cognição.

A inicial refere a ocorrência de um vício de qualidade, ou seja, aquele que torna o produto impróprio ou inadequado ao fim a que se destina. E, por tal ocorrência o comerciante é solidariamente responsável com o fabricante, nos termos do art. 18 do CDC.

Nos dizeres de Leonardo Roscoe Bessa:

A pretensão do consumidor em relação à substituição do produto, à devolução do valor pago ou ao abatimento proporcional do preço, além das perdas e danos (§ 1º do art. 18), podem ser dirigidas tanto ao comerciante, como ao fabricante ou a qualquer outro fornecedor intermediário que tenha participado da cadeia de produção e circulação do bem (importador, distribuidor etc.) (*in* Manual de Direito do Consumidor, 2ª ed., editora RT, Antonio Herman V. Benjamim, Claudia Lima Marques e Leonardo Roscoe Bessa, 2008, pg.152).

Assim, não há que se falar em ilegitimidade passiva.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Passo a equacionar o mérito propriamente dito.

A autora sustenta vício de qualidade no produto adquirido (um sofá).
Notou defeitos no estofado, tais como **costuras “abertas”** (textual fls. 02, destaquei).

A requerida, de sua feita, não rebate especificamente tal ocorrência.
Pondera, basicamente, que o estofado foi entregue em perfeito estado de conservação e que a autora não comprovou nos autos o alegado dano moral.

Todavia, cabia a ela (ré) demonstrar suas alegações e nada trouxe
nesse sentido, pedindo, inclusive, o julgamento antecipado da lide quando instada à
produção de provas.

Como se tal não bastasse a autora firmou contrato de garantia
estendida (a respeito confira-se fls. 17/22), prevendo cobertura de reparos para defeitos
na espuma, estrutura e costuras do revestimento - confira-se especificamente item “1” de
fls. 17.

Tal contrato tinha validade de 24/09/2013 a 23/06/2014, a
mercadoria foi adquirida em 24/06/2013 (nota fiscal segue a fls. 13) e o defeito, segundo
a autora – tese não contestada pela ré – surgiu antes do vencimento do contrato (a ação
foi distribuída em 21/05/2014).

Assim, só se pode reconhecer que a requerida, tem sim a obrigação
de trocar o produto por outro de mesma espécie, em perfeitas condições de uso. Isso
com base no parágrafo 1º, do artigo 18, do CDC.

É importante ressaltar que no próprio contrato de seguro de
extensão da garantia consta seu LOGOTIPO em destaque deixando para o consumidor a
expectativa de estar contratando com ela própria e com a seguradora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nesse sentido: Apelação 0065954-70.2007.8.26.0576, 36ª Câmara de Direito Privado do TJSP.

Ja, o pleito de danos morais improcede.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido para determinar que a requerida, VIA VAREJO S/A (CASAS BAHIA), efetue a troca do estofado adquirido pela autora por outro da mesma qualidade e em perfeito estado de uso no prazo de 05 dias, a contar da intimação da presente decisão em dia útil e horário comercial a serem agendados por ela.

O não atendimento dessa terminação implicará na aplicação de uma multa diária de R\$ 100,00 limitada a R\$ 5.000,00.

Estando o bem fora de linha fica aberta a possibilidade de a ré entregar a autora o valor que foi pago, com a devida correção, ou entregar produto similar ainda em linha (agora contando com a expressa concordância da autora). Essa dinâmica está prevista na cláusula 1 do contrato.

Diante da sucumbência recíproca, as custas processuais serão rateadas entre as partes e cada qual arcará com os honorários de seu procurador, observando-se que a autora é beneficiária da justiça gratuita.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 02 de março de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**